

# 13

## Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança

---

**Isabel Maria Casimiro**

### **Introdução**

Pertenço a uma geração que sonhou e que também teve o privilégio de acompanhar de perto e de participar na edificação dum Moçambique diferente, um país de princípios, dignidade, ética e independência.

Aquino de Bragança é parte integrante deste processo devido ao papel por si desempenhado na mudança das Ciências Sociais em Moçambique, e na formação, em parceria com Ruth First, das primeiras gerações de professores e investigadores da Faculdade de Letras e do Centro de Estudos Africanos. Apesar das suas múltiplas actividades, Aquino envolveu-se na formação desta nova geração de académicos activistas, comprometidos com o conhecimento das múltiplas realidades moçambicanas no sentido da sua libertação e transformação, entanto que sujeitos.

Depois de terminado o bacharelato em História na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane em 1979, de ter trabalhado como tarefaira no Arquivo Histórico de Moçambique (1978) e como monitora de Didáctica de História na Faculdade de Educação (1979), iniciei as minhas actividades no Centro de Estudos Africanos em 1980.

Lembro-me de como Aquino se fazia presente nas nossas actividades, como dialogava connosco e nos respeitava, como se interrogava, nos interrogava, nos fazia interrogar, questionar, sobre Moçambique, sobre o continente africano, especialmente a região Austral, e o mundo. As suas múltiplas actividades como ‘ministro sem pasta’ de Samora Machel afastavam-no, por vezes, do nosso convívio e trabalho, mas quando se encontrava no CEA preocupava-se em falar com todos nós, desde os académicos e investigadores até aos serventes, condutores, secretárias.

O meu envolvimento com a temática da mulher e das relações de género, remonta aos anos 80 quando, na Oficina de História do Centro de Estudos Africanos, o Professor Aquino de Bragança dinamizou o projecto de investigação ‘O Poder Popular nas antigas Zonas Libertadas da FRELIMO’ e onde, por sua sugestão, decidi trabalhar sobre a participação da mulher na Luta Armada, tema da minha tese de licenciatura defendida em 1986.

Aquino acreditava que um dos principais indicadores dos avanços e revezes da luta armada estava ligado ao processo de libertação da mulher, à sua maior ou menor participação e visibilidade, e que os debates sobre as questões de género e sobre a libertação da mulher constituíram um ponto de ruptura em relação às características da luta e ao tipo de sociedade a edificar, depois da tomada de poder.

A pesquisa sobre a mulher na qual tenho estado envolvida tem sido marcada por uma perspectiva feminista e situada, centrada nas mulheres e homens como principais actores da realidade social em permanente mudança, reflectindo a multiplicidade de identidades que transportamos e que nos obrigam a um processo permanente e cuidadoso de ‘distanciamento’ e de ‘engajamento’, pessoal e temporal e de compromisso com a transformação social.

Abordarei nesta comunicação três questões que considero fundamentais na pesquisa que venho realizando desde o início das minhas actividades no CEA, que fui burilando ao longo de anos de actividade como professora, investigadora, feminista e activista em várias organizações de mulheres: 1) Pesquisa comprometida; 2) Objectividade e neutralidade; e, 3) História oral. A última parte é dedicada à contribuição do feminismo para a análise das sociedades matrilineares.

### **Pesquisa comprometida**

Várias vertentes da sociologia crítica, dos estudos sociais e culturais da ciência, da crítica feminista, da desconstrução, dos estudos pós-coloniais, a partir dos anos 80 do século XX, têm tentado contribuir para um modelo diferente de análise das sociedades com outras características ou em que existam lutas, iniciativas, movimentos alternativos, que escapam ao conhecimento da tradição científica ou filosófica ocidental (Santos 2002). Com a crescente importância e visibilização dos movimentos feministas, após a década de 70, as suas pesquisas e análises em várias partes do mundo contribuíram para a reescrita da história das mulheres, dos seus saberes e experiências, da sua defesa da solidariedade e da cooperação, a maior parte das vezes desqualificados e tornados invisíveis ou inferiores (Eisler 1998:xii-xxiii, 145-159; Oliveira 1992).

Este novo movimento feminista constituiu uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos quarenta anos nas ciências sociais (Harding 1987), na medida em que veio perturbar a harmonia do saber – social, científico, político

– caucionado pelo paradigma científico androcrático dominante, ajudando a retirar o véu à neutralidade científica. Julieta Kirkwood referia que uma das características mais notáveis do movimento feminista contemporâneo é a sua insolência e o arrojo, a liberdade da desordem,

[...] é essa espécie de irresponsabilidade para com o paradigma científico e os seus conceitos que se assume na sua linguagem. Essa espécie de desafio em misturar tudo, como se se tivesse a certeza de que as tábuas da lei do conhecer se tivessem tornado tão pequeninas, na sua queda no humano, por vir de tão alto, sendo, por conseguinte, necessário ‘dar um jeito’ com o que temos (Kirkwood 1984:100).

Uma vez que os corpos teóricos existentes ou não tratavam a desigualdade ou a justificavam, e devido à inexistência duma história que pusesse em evidência a génese e o desenvolvimento da dominação dos homens sobre as mulheres, as feministas lançaram-se na construção duma teoria capaz de quebrar a ordem existente, partindo das experiências quotidianas das mulheres. Tratou-se de um desafio grandioso, pois implicou a revisão das ciências sociais e humanas, a construção de objectos a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis e a formulação de hipóteses e de teorias mais próximas do real (De Barbieri 1991:26-27).

As feministas académicas criaram novas categorias teóricas e instrumentos metodológicos com o objectivo de explicar como se constituíram diferenças hierárquicas entre mulheres e homens, ao longo da história e em diversas culturas.

A crítica feminista chamou a atenção para o carácter situado do conhecimento, para a parcialidade de todas as afirmações, para a íntima relação entre saber e poder, ou seja, colocou as grandes narrativas no contexto incómodo da política, retirando-as do ‘confortável domínio da epistemologia’. Neste sentido e como diz Giroux o feminismo sustentou, em chave de género, uma pergunta fundamental em relação ao saber instituído: ‘Quem fala nessa teoria; em que condições sociais, económicas e políticas formula esse discurso; para quem e como é que esse conhecimento circula e é utilizado no quadro de relações assimétricas de poder?’ (Bonder 2003:1).

As teorias feministas que se foram desenvolvendo têm em comum o comprometimento, não apenas com o conhecimento da realidade mas, fundamentalmente, com a sua transformação, através dum processo democrático de investigação. Este compromisso com a dimensão política tem implicado uma articulação permanente entre as teorias e as práticas políticas.

Como parte integrante dos movimentos sociais dos anos 60/70 do século XX, o feminismo carrega as marcas da contestação, da decepção com as ‘grandes teorias’ e com o desejo da transformação social, no sentido duma sociedade solidária, de justiça, paz, reconhecimento das diferenças sem hierarquização. A necessidade de estu-dar as mulheres a partir das próprias mulheres, contribuiu para que se revitalizassem os estudos do quotidiano, da história oral, das histórias

de vida, chamando a atenção para os sentimentos, o desejo, a empatia, a afectividade, a percepção, a intuição, colocando-os ao mesmo nível que outros considerados científicos pela ciência dominante (Louro 1996:6-7; Oliveira 1992).

Referindo-se a este empreendimento longo e ainda em curso, e às implicações da crítica feminista da ciência, Evelyn Fox Keller refere que

[...] é possível usar o pensamento feminista para iluminar e clarificar a subestrutura da ciência (que pode historicamente ter ficado distorcida) para preservar o que a ciência nos ensinou, nomeadamente a sermos mais objectivos (Keller 2005:56).

Este empreendimento, porque tem implicado anos de trabalho num espaço estruturado para excluir as mulheres, 'tem requerido, e continuará a requerer, mudanças profundas na cultura, métodos e conteúdo da ciência' (Schiebinger 2005:34), realizada por homens e por mulheres. Mudanças que terão lugar não apenas ao nível do contexto e no modo como a ciência é produzida, mas também no modo como homens e mulheres a vêm trabalhando, uma vez que

[...] são longos e subtis os tentáculos dos valores culturais do passado. O século caminha para o seu final no contexto de uma imensa, confusa e inconsistente luta contra o peso fatal dessa herança judaico-cristã em que o Homem foi feito à imagem de Deus e, desse modo, lhe foi dado domínio sobre as Bestas e o jardim do Éden e, como Homem, domínio sobre a Mulher (Rose 2005:111-112).

A pesquisa/acção constituiu uma prática privilegiada de investigação destinada a provocar mudanças no interior das relações sociais desiguais de sexo, mas também a desafiar as/os investigadores/as para interpelarem os meios de pesquisa a uma abertura maior no que respeita às preocupações das activistas, e porque convida à coerência ética nos nossos comportamentos na pesquisa. Falamos concretamente: i) de integração de valores de igualdade e democracia nas práticas de pesquisa – a partir de uma preocupação ética, principalmente nos seus questionamentos sobre a objectividade e a subjectividade, para além da divisão entre o privado e o público; ii) de inclusão das mulheres como sujeitos no contexto da pesquisa, na participação da construção do conhecimento e do saber, não devendo ser consideradas como simples objectos de estudo sem direito à expressão e participação na definição dos objectivos, nas escolhas metodológicas, na análise dos resultados, bem como na divulgação e discussão dos mesmos; iii) de relações de colaboração e estabelecimento de laços de confiança, atitude empática, respeito mútuo, transparência, recusa da separação sujeito/objecto no processo da pesquisa, entre os investigadores e entre quem investiga e quem é investigado; iv) de comprometimento com a causa das mulheres (Kurtzman 1999:1-3).

É ao nível da metodologia e da epistemologia que se encontram as características da pesquisa feminista comprometida, já que não há um método feminista específico. Esta pesquisa tem uma perspectiva histórica; as problemáticas são criadas a partir das experiências e perspectivas das mulheres; é construída nas

tradições críticas e é emancipatória; é para as mulheres e o seu objectivo serve as mulheres; deve ser também empírica, não se baseando apenas em raciocínios abstractos, utilizando os factos e argumentações, não os considerando verdades absolutas, mas como um modo importante de comunicação entre diferentes investigadores e os resultados da investigação; analisa criticamente o papel do investigador na determinação dos resultados da investigação, uma característica também conhecida como reflexividade da Ciência Social (que não é particular apenas da pesquisa feminista), o que contribui para a objectividade dos resultados, pelo facto de se introduzir um elemento subjectivo na investigação, que é claro e transparente (Harding 1987:8-9; Van Hanselma 1997:1-11).

Neste sentido, o feminismo não é apenas uma ‘perspectiva’, uma maneira de olhar, não é mais uma epistemologia, uma maneira de saber; é também uma ontologia ou um modo de estar no mundo. O que pode ser considerado distintamente feminista acerca da preocupação com o processo de investigação, é que constitui um convite para explorar as condições e as circunstâncias duma ontologia feminista, com todos os seus enganos e contradições. Não se trata a este propósito de defender o essencialismo, mas sim de referir uma ontologia específica e não uma ontologia colada à categoria ‘todas as mulheres’, porque nem todas as mulheres partilham este modo de estar no mundo, resultado da nossa socialização como mulheres, do modo como é vista, compreendida e realizada a investigação. É a experiência e a actuação contra a opressão existente que cria uma ontologia feminista distinta, o que conduz à preocupação de saber por que é que certos grupos de pessoas, e não outros, são tratadas ou acabam por sentir que são tratadas como ‘o outro’, deste modo construindo uma epistemologia – partilhada, social – de posição ontológica definida (Stanley 1993:14-15).

Sandra Harding afirmava há anos que é preciso aceitar e aprender a ver como um recurso valioso a instabilidade das categorias analíticas criadas e utilizadas pelas teorias feministas, como um meio de nos prevenirmos da hegemonia epistemológica. Para Alvarez, a forte diversidade interna e as polémicas entre as diferentes tendências no seio dos movimentos feministas converteram-se na melhor e mais rápida fonte de crítica e contraste para os conceitos e teorias que pretendem definir e redefinir os problemas e as estratégias pertinentes. Se no geral os movimentos sociais supõem a subversão dos códigos culturais dominantes, a peculiaridade dos movimentos feministas é desafiar a ordem social e o código cultural mais ancestral e mais arraigado dos existentes em todas as suas manifestações, transformando o mundo, definindo e redefinindo a realidade a partir da teoria feminista (Alvarez 2000:2, 6).

A discussão crescente e permanente acerca do ‘feminismo situado’ foi um passo importante no desenvolvimento de epistemologias feministas distintas que levaram as teóricas feministas a ultrapassarem a posição reactiva da crítica feminista

da Ciência Social – característica da primeira fase do movimento feminista nos anos 70-80 – em direcção à exploração de como poderia ser o ‘conhecimento feminista’ (Stanley e Wise 1993:37).

### **Objectividade e neutralidade**

A tensão entre objectividade e neutralidade na investigação não é nova e tem alimentado debates com apoiantes da investigação objectiva e neutra, e apoiantes duma investigação objectiva, situada e comprometida com a causa dos sujeitos investigados e com a sua transformação. Defendem uns que a investigação objectiva e neutra é ‘limpa’, o investigador domina todo o conhecimento e tem uma relação de sujeito/objecto com o investigador, sem qualquer envolvimento com a sua causa. A investigação situada é comprometida e analisa criticamente o papel do investigador na determinação dos resultados da investigação, introduzindo um elemento subjectivo na investigação, que é claro e transparente, como já anteriormente referido (Harding 1987:8-9; Van Hanselma 1997:1-11).

A pesquisa feminista não deve ser opressiva à causa das mulheres, contribuir para a sua consciencialização e para os meios de acabar com a sua opressão, recusa atribuir apenas aos investigadores o monopólio do conhecimento, o poder e os privilégios que daí se originam, e aponta para a necessidade de a pensar constantemente, reavaliar em função de situações concretas e das ideologias institucionais nas quais se inserem (Kurtzman 1999:1-3).

Uma componente importante da análise feminista considera que o olhar dos pesquisadores sobre a realidade social não pode ser neutro e está atravessado por relações de poder, desigualmente repartidas entre os sexos. Porque pretendem uma sociedade solidária entre mulheres e homens, as feministas não podem ignorar as outras relações de poder estabelecidas na sociedade, as que se engendram entre as mulheres elas mesmas e que se visibilizam nas trajectórias de trabalho entre as pesquisadoras, por um lado, e entre estas e as activistas, por outro. O poder que se encontra no cerne da reflexão da maior parte da produção escrita sobre pesquisa/acção em geral e sobre a pesquisa feminista em particular está, portanto, presente nas questões éticas da pesquisa/acção feminista (Kurtzman 1999:1-3).

Os aspectos anteriormente referidos, fruto da construção da pesquisa feminista ao longo de várias gerações, constituíram pontos de partida para as minhas actividades de investigação iniciadas no Centro de Estudos Africanos na década de 80. O maior desafio foi a criação de um sector para estudos sobre mulher e género no CEA, em 1988,<sup>1</sup> o nosso envolvimento, a partir de 1988, com a criação da WLSA<sup>2</sup> a nível regional, e o início das actividades de pesquisa em todos os países participantes a partir de 1990.

A pesquisa em Moçambique e a nível regional com a participação de cinco países da região, falantes de língua inglesa e com sistemas jurídicos e judiciais diferentes implicou grandes desafios para a nossa equipa multidisciplinar e multi-institucional, até por se realizar nos dois primeiros anos em ambiente de guerra. Lembro, contudo, de como nos conseguimos impor pelo modo com concebemos as diversas etapas da pesquisa, como questionávamos as teorias e as formas tradicionais de trabalhar no terreno, envolvendo e comprometendo as várias instituições e, sobretudo, os sujeitos investigados, com quem discutíamos o que pretendíamos fazer e a quem devolvíamos os resultados da pesquisa, a maior parte das vezes através do teatro, com a participação dos investigadores e dos membros da comunidade.

O modo como aprendi e tenho conduzido a minha pesquisa reflecte a multiplicidade de identidades que eu transporto, como mulher feminista, académica e activista, identidades muitas vezes contraditórias e em conflito, mas que enriquecem o meu olhar feminista. São perspectivas e análises marcadas pelo envolvimento político, pela minha vida como docente e investigadora no Centro de Estudos Africanos da UEM, pelo meu activismo no movimento feminista e em organizações de mulheres em Moçambique. Como bem diz Yussuf Adam, “A minha análise abrange um período e um espaço geográfico em que nasci e vivi. É o meu chão” (Adam 2005:60).

Eu sou um sujeito observador duma sociedade que eu quero conhecer e que não me é exterior, o que significa que a minha voz não é invisível e anónima, mas historicamente determinada, com vivências, posições, desejos e interesses concretos e específicos. A desconstrução destas identidades é, na perspectiva que me orienta, vista como condição necessária para uma compreensão adequada da diversidade de relações sociais, o que me leva a melhor entender a multiplicidade das relações de dominação e de subordinação em que nós, mulheres, estamos envolvidas. As minhas crenças culturais e os meus comportamentos como académica e activista modelam, deste modo, os resultados das minhas análises e são parte da evidência empírica, a favor ou contra as solicitações avançadas nos resultados da investigação (Harding 1987, Mouffe 1996, Mbilinyi 1992, Mulinari 1997).

No processo de realização da pesquisa o acto de conhecimento da realidade intervém na situação do fenómeno observado (Morin 1998:24), o que obriga a um processo permanente e cuidadoso de ‘distanciamento’ e de ‘engajamento’ pessoal e temporal. As múltiplas realidades moçambicanas em mudança implicam um permanente reflectir e encontrar de formas de traduzir as diferentes maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e inteligibilidades, e modos de visibilizá-las, através de estilos de vida e de discursos, acções e estratégias, que se articulam e interpenetram, e que escapam muitas vezes à minha percepção (Santos 2002).

O terreno é humano. O pesquisado é simultaneamente objecto e sujeito, e não se pode eliminar o carácter intersubjectivo de qualquer relação de homem para homem. [...] O investigador não pode eliminar a sua dualidade interna. Além disso, esta deve mostrar-se aos pesquisados. [...] A arte da pesquisa está em viver esta dupla personagem do interior e de representá-la no exterior, está em enriquecer dialecticamente participação e objectivação. Não pretendemos que o conseguimos, pretendemos que é preciso tentar consegui-lo. Assim, à dupla natureza do pesquisado, sujeito e objecto, deve responder um duplo eu do pesquisador (Morin 1998:176).

### A história oral

Aquino de Bragança foi um dos dinamizadores da criação da Oficina de História no CEA onde iniciámos a pesquisa sobre a Luta Armada de Libertação Nacional dirigida pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). A sua preocupação era que pudéssemos formar um grupo de investigadores moçambicanos que resgatasse a história colonial e a história da luta armada, utilizando os mais diversos métodos, entre eles a história oral, a par da pesquisa bibliográfica. O Boletim da Oficina de História *Não Vamos Esquecer* dá conta do trabalho realizado.

A validade ou não da história oral como um dos métodos de investigação foi fonte de tensões e de debates no Centro de Estudos Africanos, que sobressaíram quando apresentámos, perante os investigadores, os nossos projectos de licenciatura nos anos 80, nos quais as histórias de vida teriam um papel importante, a par de outros métodos.

A perspectiva histórica é considerada fundamental para permitir recuperar a história dos grupos oprimidos, especialmente das mulheres e, sobretudo, para validar a sua incorporação nos estudos históricos (Zezeza 1997:188). Mas recuperar a história das mulheres é fundamentalmente um trabalho de reconstrução das suas expressões, ideias, acções, e aspirações, na primeira pessoa. Por isso, uma das técnicas utilizadas pelas feministas a partir dos anos 70 foi a história de vida, considerada um momento importante para as mulheres falarem das suas vidas, das suas percepções, como têm acompanhado as mudanças que estão a ocorrer, que estratégias têm sido adoptadas para resistir e/ou incorporar ou beneficiar das mudanças e como sentem o seu impacto no quotidiano. Na história de vida desaparece a relação sujeito que investiga e objecto que é investigado, e vai-se construindo uma relação social entre dois sujeitos, relação que se pretende horizontal e transparente, dando a possibilidade aos dois sujeitos de uma aprendizagem mútua, que possa conduzir também à emancipação.

Esta técnica, muito em voga nestes anos, de trabalhar com a experiência dos *History Workshops* (Oficinas de História), no sentido de resgatar a história das classes oprimidas na Europa, tinha e tem, para as feministas, um sentido de solidariedade e de libertação no próprio processo de investigação. Tem, sobretudo,

um sentido de desafiar a construção das mulheres como objecto de conhecimento, de desafiar o que é a realidade, através do conhecimento do modo como as mulheres vão criando e construindo o mundo onde vivemos, e de desafiar o que é considerado conhecimento pela ciência. A nossa história como mulheres é fundamental para a nossa libertação; quando expostas a falar da nossa vida, do nosso passado, do nosso quotidiano, articulamos perspectivas e experiências, o que nos ajuda a compensar-nos dos preconceitos prevalecentes ao nível das Ciências Sociais (Mbilinyi 1992, Stanley 1993, Mulinari 1997).

Quando se parte da voz das pessoas, procura-se fazer sobressair as suas percepções acerca do quotidiano e das suas recordações. Recordar é pensar no que passou, no que nos marcou no passado e continuou pelo presente. Recordam-se os acontecimentos em função das alegrias ou angústias do passado e do presente, ambas marcadas pelo seu peso no passado e no presente. A voz das pessoas fala como a voz dos livros, cada uma marcada por perspectivas próprias e momentos concretos. As pessoas são testemunhas articuladas, viveram os acontecimentos ou tomaram conhecimento deles por outras pessoas, cada uma com as suas visões, e influenciadas pelo contexto espacial e temporal dos mesmos e da sua análise.

### **Contribuição do feminismo para a análise das sociedades matrilineares**

Ao longo da história da humanidade, os encontros entre culturas diferentes foram quase sempre marcados pela superioridade de umas sobre as outras, pela hierarquização, inferioridade, desqualificação e invisibilidade, transformando-as em não existentes porque diferentes. Com a expansão europeia e a construção da racionalidade científica ocidental, os povos que se foram encontrando e subjugando, e a maior parte das vezes exterminando, porque diferentes e com formas de organização social diversas das que prevaleciam na Europa, foram sendo considerados o outro, o ignorante, o residual, o local, o improdutivo (Santos 2002). Durante muito tempo, as sociedades ditas tradicionais foram envoltas em concepções de intemporalidade, como se estivessem paradas no tempo, impossibilitadas de se desenvolver por concepções atávicas dos seus povos (Gentili 1999).

As informações e análises produzidas sobre as sociedades matrilineares até aos anos 70-80 do século XX revelam alguma ignorância, uma visão distorcida e preconceitos, tanto da parte de investigadores homens como mulheres, devido ao modelo de sociedade dominante de que se parte e à dificuldade de entender e aceitar sociedades com características diferentes. Nestas análises, a matrilinearidade é muitas das vezes entendida como a contraparte da patrilinearidade, ou como uma forma primordial de organização social desaparecida no contexto de relações de produção capitalistas e patriarcais, de acordo com uma visão evolucionista.

As análises feministas sobre a história das mulheres em várias partes do mundo, a maior visibilidade e reconhecimento das feministas do chamado Terceiro Mundo no estudo das suas sociedades, no passado e no presente, e o acúmulo de informações acerca de sociedades na Europa, no período do Paleolítico, entre 6500-3500 AC, permitiram que o campo de estudos sobre as sociedades matricêntricas voltasse a estar no centro das atenções.

A literatura consultada sobre algumas sociedades matrilineares – características de sociedades agrárias – na África Austral e Central, na África Ocidental e na Indonésia, para referir apenas alguns exemplos, dá conta da sua existência, num contexto de relações capitalistas de produção, que provocaram mudanças e processos de negociação e de acomodação com outras formas de organização da sociedade, mas também da sua resistência contra a perda da terra e de outros recursos importantes, contra as mudanças no estatuto das mulheres.

Alguns autores adiantam como uma das possíveis razões para a sua resistência o facto de a matrilinearidade minimizar o controlo masculino individual do poder e dos recursos e implicar a percepção de abundância e de acesso irrestrito aos recursos, enquanto a patrilinearidade está associada à percepção de escassez económica e acesso restrito aos recursos,<sup>3</sup> em contextos de instabilidade provocada pelas mudanças na divisão de trabalho, pela perda gradual dos recursos, especialmente a terra, pelas transformações na constituição das famílias e nas relações de poder entre os seus membros, mulheres e homens, jovens e idosos, com ou sem posições de poder.

O ressurgir dos estudos sobre as sociedades matrilineares tem revelado que as formas matrilineares de organização e ideologia dão maior espaço social e político às mulheres, o que contradiz a ideia prevalecente de que a matrilinearidade não assegura maior autoridade para as mulheres, mas que esta apenas circula através do irmão da mãe e não através do pai (Bonate 2003a, 2003b, 2005, 2006). Os investigadores fazem igualmente referência ao maior grau de independência, autonomia, autoridade formal nas políticas locais e nos rituais, no controle de rendimento, nas decisões respeitantes à educação dos filhos e relações familiares, vividos pelas mulheres nos grupos matrilineares (Amadiume 1987, 1997, 2005, Arnfred 1999, Peters 1997a, 1997b).

Existem, na actualidade, sociedades matricêntricas ou de filiação matrilinear que vivem da agricultura, com uma história que se prolonga no passado, em que as mulheres têm autonomia, controlam a sua vida económica, social e sexual. O modelo ocidental androcrático tornou-se dominante com a expansão europeia e tem sido reforçado com a globalização neo-liberal dos últimos vinte anos, mas o desenvolvimento das sociedades não é linear, como postulado pelas teorias evolucionistas, defendendo a evolução das sociedades primitivas para sociedades industriais altamente desenvolvidas, de acordo com determinados estágios, e em que a sociedade patriarcal é considerada a mais apta à transformação económica

e social rumo a um futuro glorioso. As sociedades matrilineares ainda existentes não são transitórias, foram capazes de se adaptar a sistemas competitivos e não se desenvolveram do mesmo modo, em direcção ao patriarcado, sendo reveladoras de variadas dinâmicas entre diferentes forças na sociedade.

A variedade de sociedades humanas é infinita e tem até agora sido difícil compreender a sua diversidade '[...] a partir de quadros teóricos e analíticos que foram construídos pelas ciências sociais hegemónicas noutros espaços geopolíticos [...]' (Santos 2004).

A literatura feminista permitiu um novo olhar sobre as sociedades matrilineares a partir de três questões: a relação entre matrilinearidade e relações de género; o papel da análise histórica; a matrilinearidade como um conjunto de características e não como uma totalidade. Nestes estudos, a organização matrilinear:

- é analisada como um conjunto de características e não como uma totalidade sistémica;
- postula que o parentesco, a descendência ou o casamento funcionam mais como um conjunto de estratégias discursivas ou de acção, arenas de interpretação, negociação e contestação, e menos como determinantes para a vida social;
- fala de multiplicidade, contingência, indeterminação e contestação, por oposição ao conceito de colapso;
- refere que diferentes princípios, normas e práticas aceites pela organização matrilinear mudam de diferentes maneiras e que estas sociedades não são sistemas fechados e totalizantes;
- defende que as mudanças em direcção à herança pai-filho e à residência virilocal nem sempre ocorrem em detrimento da mulher;
- recorda que a característica mais marcante deste tipo de organização é a flexibilidade, contestação e indeterminação;
- alerta para o facto de que as mudanças associadas ao colonialismo, comercialização e capitalismo não seguiram sempre a mesma e a mesma direcção;
- constata a existência de diferenças consideráveis para as mulheres em sociedades matrilineares comparadas com as sociedades patrilineares e cognáticas;
- observa a existência de definições de género que são relativamente independentes dos princípios matrilineares mas que se intersectam;
- destaca a necessidade de analisar as ideologias e as práticas da organização matrilinear a partir de condições históricas específicas, dada a sua sujeição a variadas influências, a maior parte das quais pela negativa.

A investigação realizada para a elaboração da tese de doutoramento “Cruzando lugares, percorrendo tempos. Mudanças recentes nas relações de género em Angoche” (2008) revelou a manutenção e a prática da matrilinearidade, em ambiente urbano e rural, numa complexidade e interacção de situações e mudanças (algumas das quais podendo igualmente beneficiar outros tipos de sociedade), parecendo reflectir a necessidade de “reinventar o passado de modo a restituir-lhe a capacidade de explosão e de redenção” (Santos 1996:8). Santos cita Walter Benjamim, referindo que ‘*Articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo “como verdadeiramente foi”. Significa apoderarmo-nos de uma memória tal como ela relampeja num momento de perigo*’. No caso das sociedades matrilineares estudadas na província de Nampula, distrito de Angoche, o “*momento de perigo*” parece estar relacionado com o desaparecimento de determinados valores e normas, o individualismo, a falta de recursos ou a sua perda, o que pode levar as pessoas a recolherem-se no passado matrilinear onde tal não era ou não parecia ser tão acentuado. A matrilinearidade pode estar, pois, a funcionar também como ideologia, como representação cultural dum grupo ou de pessoas, mulheres e homens, perante a necessidade de manter aspectos de equilíbrio e de maior partilha de recursos, em situações de concentração de riqueza para uns poucos e empobrecimento para a maioria.

A pesquisa é reveladora de situações múltiplas e contingentes, de flexibilidade, indeterminação e heterogeneidade, de processos de negociação e de contestação, de um leque variado de práticas e normas, características da sua diversidade e das mudanças internas que lhes são inerentes, como resultado da sua interpretação e prática por parte dos vários actores e em momentos históricos diversos.

As sociedades progrediram, através de processos sociais que combinam dinâmicas internas e externas, processos de destruição e de adaptação ou integração, em função de factores relacionados com a avaliação das forças, da capacidade de manobra por parte dos diversos grupos e das suas possibilidades de beneficiar com as mudanças. Mulheres e homens viveram e vivem estas mudanças, procurando manter ou alterar as estruturas em seu benefício, tendo em conta a sua posição social, económica e política, as potencialidades contraditórias que se lhes apresentam no sentido de escolher modos de viver diferentes.

As práticas, saberes e conhecimentos acumulados e reproduzidos ao longo de décadas pelas mulheres, acabaram por ficar ocultos, remetidos ao silêncio do doméstico, ainda que a maior parte das vezes tenham jogado um papel importante nas estratégias de resistência por si adoptadas, devido às transformações ocorridas desde o período colonial e que tiveram como consequência a ‘invisibilização’ do papel das mulheres na esfera produtiva, na subvalorização das suas actividades reprodutivas e no reflexo desproporcional dos efeitos da crise económica, social, política e ambiental, para mulheres e homens (Meena 1992b, Elson 1997, Casas *et all* 1998).

As transformações ocorridas durante a fase estudada – colonialismo, influências das religiões islâmicas e cristãs, a monetarização da economia, a educação, a urbanização, as políticas seguidas depois da independência e a guerra de desestabilização, a democracia representativa – provocaram alterações nas instituições da sociedade *Makhuwa*,<sup>4</sup> com implicações para as alianças dentro e entre as linhagens e entre estas e os poderes formais que foram sendo instituídos, mas também provocaram processos contra-hegemónicos, abrindo novos espaços e relações de género diferentes, com potencia-lidades de exercícios diversos de emancipação social.

Contrariamente ao que alguns cientistas sociais têm expressado, não existe apenas uma maneira de viver e de pensar que pareça expressar a especificidade das culturas africanas, omitindo o pluralismo interno e a existência de um leque variado de práticas e normas sociais marginais que reflectem a sua diversidade e as mudanças internas que as tornam culturas vivas. ‘*No culture has just one system of norms at any time*’. (Hountondji 2001:13).

## Notas

1. Inicialmente intitulado Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) e, em 1990, Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG).
2. Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust. projecto regional de pesquisa com o envolvimento inicial de 6 países, Botswana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe, ao qual se juntou o Malawi em 1996.
3. Ver Karla Powe, citada em Peters 1997a.
4. O termo *Makhuwa* (pl. *Amakhuwa*) refere-se à pessoa, o povo *Makhuwa*. *Emakhuwa* diz respeito à língua e à cultura deste povo. Outros autores utilizam o termo português *Macua*. Casas *et al* 1998: ii).

## Referências

- Adam, Yussuf, 2005, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*, Maputo: PROMÉDIA.
- Álvarez, Ana de Miguel, 2000, “Movimiento Feminista y Redefinición de la Realidad”, in *Mujeres en Red*. 8pp. (<http://www.nodo50.org/mujeresred/>).
- Amadiume, Ifi, 2005, “Theorizing Matriarchy in Africa: Kinship Ideologies and Systems in Africa and Europe”, in Oyewùmí Oyèrónké, ed., *African Gender Studies. A Reader*, New York: Palgrave, Macmillan.
- Amadiume, Ifi, 1997, *Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture*, London: Zed Books.
- Amadiume, Ifi, 1987, *Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society*, London: Zed Books.
- Arnfred, Signe, 1999, “Land, food and sexuality. Gendered power and land tenure in Ribaué”, Roskilde: Roskilde University.

- Blackwood, Evelyn, 1995, “Senior Women, Model Mothers, and Dutiful Wives: Managing Gender Contradictions in a Minangkabau Village”, in Aihwa Ong e Michael G. Peletz, eds., *Bewitching Women, Pious Men. Gender and Body Politics in Southeast Asia*, Berkeley: University of California Press.
- Bonate, J. K. Liazzat, 2006, “Matriliny, Islam and Gender in Northern Mozambique”, *Journal of Religion in Africa*, Vol. 36, No. 2.
- Bonate, J. K. Liazzat, 2005, “Matriliny, Islam and Gender in Northern Mozambique”. Maputo: Eduardo Mondlane University, mimeo.
- Bonate, Liazzat J. K., 2003b, “The Ascendance of Angoche: The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique,” *Lusotopie*.
- Bonate, J.K. Liazzat, 2003a, “Women’s Land Rights in Mozambique: Cultural, legal and Social Contexts”, in L. Muthoni Wanyeki, ed., *Women and Land in Africa: Culture, Religion and realizing Women’s Rights*. London: Zed Books.
- Bonate, J. K. Liazzat, 2002, “The Expansion of Angoche. Politics of Kinship and Territory in the Nineteenth Century Northern Mozambique”, Chicago: Northwestern University (mimeo).
- Bonder, Gloria, 2003, “Género y subjetividad: avatares de una relación no evidente”, *Modemmujer*, 20 de Junho.
- Bourdieu, Pierre, 1999, *A Dominação Masculina*, Lisboa: Celta Editora.
- Casas, M. Isabel, et al., 1998, *Perfil de Género da província de Nampula – Relatório da Revisão da Bibliografia*. Maputo: Embaixada do Reino dos Países Baixos (mimeo).
- De Barbieri, Teresita, 1991, “Sobre la Categoría Género: Una Introducción teórica-Metodológica”, in Fundação Carlos Chagas, *Direitos Reprodutivos*, São Paulo: PRODIR.
- Eisler, Riane, 2005, “The Battle over Human Possibilities: Women, men, and Cultural Transformation”. *1st World Congress of Matriarchal Studies*, Luxemburgo, (<http://www.second-congress-matriarchal-studies.com.eisler.html>).
- Eisler, Riane, 1998, *O Cálice e a Espada. A Nossa História, o Nosso Futuro*, Porto: Via Optima.
- Elson, Diane, 1997, “Gender Analysis and Economic in the Context of Africa”, in Ayesha Imam, Amina Mama e Fatou Sow, eds., *Engendering African Social Sciences*, Dakar: CODESRIA.
- Geffray, Christian, 2000, *Nem pai nem mãe. Crítica do parentesco: o caso macua*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Gentili, Anna Maria, 1999, *O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana dos séculos XIX e XX*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Harding, Sandra, 1990, “Feminism, Science and the Anti-Enlightment Critiques”, in L. Nicholson, ed., *Feminism/Postmodernism*, New York: Routledge.
- Harding, Sandra, 1987, “Introduction - Is There a Feminist Method?”, in Sandra Harding, ed., *Feminism and Methodology*. Bloomington: Indiana University Press.

- Hountondji, Paulin J., 2001, "Tempting traditions. Internal debate needed in traditional cultures", *COMPAS Magazine*, Março.
- Keller, Evelyn Fox, 2005, "Feminismo e Ciência", in *Ciência e Género. Quatro Textos de quatro Mulheres*. Lisboa: Cadernos de Filosofia das Ciências.
- Kirkwood, Julieta, 1984, "Los Nudos De La Sabiduria Feminista", *Revista de las Mujeres*, No. 1.
- Lazreg, Marnia, 2005, "Decolonizing Feminism", in Oyewùmí Oyèrónké, ed., *African Gender Studies. A Reader*, New York: Palgrave, Macmillan.
- Louro, Guacira Lopes, 1996, "Nas redes do conceito de género", in M. J. Lopes, D. E. Meyer e V.R. Waldow, *Género e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mbilinyi, Marjorie, 1992, "Research Methodologies in Gender Issues", in Ruth Meena, ed., *Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues*. Harare: Sapes Books.
- Meena, Ruth, ed., 1992a, *Gender In Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issue*, Harare: Sapes Books.
- Meena, Ruth., 1992b, "Women and Sustainable Development", *Southern Africa Political and Economic Monthly (SAPEM)*, Vol. 5, No.10.
- Morin, Edgar, 1998, *Sociologia. A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Mondlane, Eduardo, 1995, *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA.
- Mouffe, Chantal, 1996, *O Regresso do Político*, Lisboa: Gradiva.
- Mulinari, 1997, "Third World Women and Discourses of Domination", in Signe Arnfred, ed., *Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies*. Roskilde: Roskilde University, Occasional Paper N° 15.
- Oliveira, Rosiska Darcy de, 1992, *Elogio da Diferença – O Feminino Emergente*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- Peters, Pauline E., 1997a, "Revisiting the Puzzle of Matriliney in South-Central Africa. Introduction", *Critique of Anthropology*, Vol. 17, No. 2, Junho.
- Peters, Pauline E., 1997b, "Against the Odds. Matriliney, land and gender in the Shire Highlands of Malawi", *Critique of Anthropology*, Vol. 17, No. 2, Junho.
- Rose, Hilary, 2005, "Epilogo: O trabalho das Mulheres Nunca Está Feito", in *Ciência e Género. Quatro Textos de quatro Mulheres*, Lisboa: Cadernos de Filosofia das Ciências.
- Sanday, Peggy Reeves, 2003, "Matriarchal Values and World Peace: The case of the Minangkabau", *First World Congress on Matriarchal Studies*, Luxembourg 2003. (<http://www.second-congress-matriarchal-studies.com/sanday.html>).
- Sanday, Peggy, 2002, *Women at the Center: Life in a Modern Matriarchy*. New York: Cornell University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa, 2004, "Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de Um e Outro", Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16-18 Setembro.

- Santos, Boaventura de Sousa, 2002, “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 63.
- Santos, Boaventura de Sousa, 1996, “A Queda do Angelus Novus”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 45, Maio.
- Schiebinger, Londa, 2005, “Introdução”, in *Ciência e Género. Quatro Textos de quatro Mulheres*. Lisboa: Cadernos de Filosofia das Ciências.
- Stanley, Liz, 1993, “Feminist praxis and the academic mode of production. An editorial introduction”, in Liz Stanley, ed., *Feminist Praxis. Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*, London: Routledge.
- Stanley, Liz and Wise, Sue, 1993, “Method, methodology and epistemology in feminist research process”, in Liz Stanley, ed., *Feminist Praxis. Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology*, London: Routledge.
- Van Hanselma, Ineka, 1997, “Feminist Methodology and it’s relation to Policy Research on Gender and Environment”, Paper prepared for “Gender Matters, Method Matters”, Third Seminar of the CERES working group on Gender, Environment and Development, 15/05/97, The Hague: Institute of Social Studies.
- Wieringa, Saskia, 1997, “Matrilinearity and Women’s Interests: The Minangkabau of Western Sumatra”, in Saskia Wieringa, ed., *Subversive Women. Women’s Movements in Africa, Asia, Latin America and the Caribbean*, London: Zed Books.
- Zezeza, Paul Tyambe, 1997, *Manufacturing African Studies and Crises*, Dakar: CODESRIA.